



### ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

## **CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – CEJUSC DE PIRACICABA**

Em 27 de outubro de 2020, a Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária Telepresencial na Unidade, conforme Edital CR Nº 13/2020, divulgado em 13/10/2020 no DEJT (Edição 3078/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 874). Presentes, por videoconferência, a MMª Juíza Diretora do Fórum ADRIENE SIDNEI DE MOURA DAVID e a MMª Juíza Coordenadora do CEJUSC ISABELA TÓFANO DE CAMPOS LEITE PEREIRA. Com base nas informações prestadas pela Chefe de Divisão e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

**Equipe de Correição:**

Adriana Castello Branco Pannoni Maricato Deffente, Luciano Marcelo Christ, Luís Cláudio da Silva, Nivia Silva Pedrosa Franceschi e Suely Suzuki.

**Jurisdição de atuação:**

Capivari, Piracicaba e Santa Bárbara D'Oeste.

(Provimento GP-CR nº13/2018, alterado  
pela (Portaria GP nº 24/2020)

**Data da Última Correição:**

6 a 8 de agosto de 2019.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



## 1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados e CEJUSC)

<b>JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM</b>
ADRIENE SIDNEI DE MOURA DAVID

<b>JUIZA COORDENADORA DO CEJUSC</b>	<b>DATA DE DESIGNAÇÃO</b>
ISABELA TÓFANO DE CAMPOS LEITE PEREIRA	16/7/2018

A MMa. Juíza Coordenadora do CEJUSC Isabela Tófano de Campos Leite Pereira acumula essa jurisdição com a da 3ª Vara do Trabalho de Piracicaba.

## 2 – QUADRO DE SERVIDORES:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

### 2.1 Lotação

#### a) CEJUSC:

<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO</b>
Ana Luisa de Faria	TJA	CJ-01 Chefe de Divisão	5/6/2018
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			1
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>			0
<i>Previsão na Portaria GP nº 77/2019</i>			2

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



**b) Estagiários:**

*(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)*

<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO CONVENIADO</b>	<b>DATA DE INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO DO CONTRATO</b>
Lais Helena de Souza Costa	CIEE	16/8/2019	15/12/2020

**2.2. Ações de capacitação – 08/2019 a 09/2020 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):**

*(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)*

<b>SERVIDORES</b>	<b>HORAS</b>
Ana Luisa de Faria	32
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

**3 - ITENS DE REGISTRO**

**3.1** - Realizada a audiência no CEJUSC, os autos são restituídos ao juízo de origem, mediante despacho, devidamente registrado no sistema de acompanhamento respectivo.

**3.2** - Não havendo acordo, o magistrado que supervisiona a audiência de conciliação inicial dá prazo para apresentação de defesa e de réplica, consignando em ata requerimentos gerais das partes, mantendo-se silente quanto à questão jurídica que envolve a disputa e remete os autos à unidade jurisdicional de origem.

**4 – CONTROLE DE AUDIÊNCIAS:**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



Conforme informado pela gestora do CEJUSC, no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade em 4 (quatro) dias da semana.

À exceção do período de isolamento social em virtude do coronavírus, também são realizadas pautas externas na jurisdição desse CEJUSC, com a designação de 12 (doze) processos, em média, por mediador/dia de pauta, sendo sempre 4 (quatro) mediadores.

**a) Audiências na fase de CONHECIMENTO realizadas [08/2019 a 09/2020]:**

<b>VARA DO TRABALHO</b>	<b>QUANTIDADE DE PROCESSOS (A)</b>	<b>QUANTIDADE DE CONCILIAÇÕES (B)</b>	<b>VALORES CONCILIADOS (R\$)</b>
1ª Vara de Piracicaba	237	114	2.107.406,17
2ª Vara de Piracicaba	204	78	1.411.838,76
3ª Vara de Piracicaba	506	208	14.200.156,45
Vara de Capivari	19	7	773.000,00
Vara de Sumaré	12	4	16.292,69
Vara de Hortolândia	28	5	38.000,00
1ª Vara de Paulínia	3	1	80.000,00
2ª Vara de Paulínia	8	2	47.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.017</b>	<b>419</b>	<b>18.673.694,07</b>
<b>ÍNDICE DE ACORDO- B/A (%)</b>			<b>41,02%</b>

**b) Audiências na fase de LIQUIDAÇÃO realizadas [08/2019 a 09/2020]:**

<b>VARA DO TRABALHO</b>	<b>QUANTIDADE DE</b>	<b>QUANTIDADE DE</b>	<b>VALORES CONCILIADOS (R\$)</b>
-------------------------	----------------------	----------------------	----------------------------------



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



	<b>PROCESSOS (A)</b>	<b>CONCILIAÇÕES (B)</b>	
1ª Vara de Piracicaba	80	21	574.738,13
2ª Vara de Piracicaba	10	3	154.743,00
3ª Vara de Piracicaba	73	29	909.196,37
Vara de Capivari	11	6	1.655.790,00
<b>TOTAL</b>	<b>174</b>	<b>59</b>	<b>3.294.467,50</b>
<b>ÍNDICE DE ACORDO- B/A (%)</b>			<b>33,9%</b>

**c) Audiências na fase de EXECUÇÃO realizadas [08/2019 a 09/2020]:**

<b>VARA DO TRABALHO</b>	<b>QUANTIDADE DE PROCESSOS (A)</b>	<b>QUANTIDADE DE CONCILIAÇÕES (B)</b>	<b>VALORES CONCILIADOS (R\$)</b>
1ª Vara de Piracicaba	382	197	4.876.773,09
2ª Vara de Piracicaba	180	98	3.890.822,53
3ª Vara de Piracicaba	508	299	38.816.284,74
Vara de Capivari	9	3	1.633.500,00
1ª Vara de Americana	29	13	801.698,44
2ª Vara de Americana	53	24	1.469.666,16
Vara de Sumaré	13	7	134.400,00
Vara de Hortolândia	19	5	436.184,61
1ª Vara de Paulínia	3	1	23.000,00
2ª Vara de Paulínia	5	2	369.400,00



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



Vara de Santa Bárbara D'Oeste	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.202</b>	<b>649</b>	<b>52.451.729,57</b>
<b>ÍNDICE DE ACORDO- B/A (%)</b>			<b>54%</b>

**d) Audiências designadas (em toda a jurisdição do CEJUSC):**

<b>VARA DO TRABALHO</b>	<b>DATA PREVISTA</b>	<b>QUANTIDADE DE PROCESSOS</b>
1ª Vara de Piracicaba	13/11/2020	10
2ª Vara de Piracicaba	13/11/2020	10
3ª Vara de Piracicaba	13/11/2020	10
Vara de Capivari	13/11/2020	5

**5 – SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE - MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA (COVID-19) - CONSTATAÇÕES:**

No questionário pré-correicional, acerca de eventuais dificuldades e soluções encontradas na gestão do trabalho e de pessoas durante o trabalho remoto obrigatório em virtude da pandemia do novo coronavírus, a Chefe de Divisão do CEJUSC informou que:

*“Com o trabalho remoto, os mediadores que antes atuavam em escala semanal presencialmente, não conseguiram mais atuar, pois passaram a ser cedidos somente esporadicamente para realização de audiências pelo Cejusc, diminuindo vertiginosamente o nr de audiências realizadas.*

*Tivemos a falta de equipamentos apropriados para realização de sessões virtuais, o que foi resolvido com o empréstimo dos equipamentos do Cejusc.*

*Alguns mediadores não puderam atuar mais por falta de habilidade com as novas*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



*ferramentas necessárias.*

*Com a pandemia, o fato do Cejusc contar com apenas 1 servidor, o que importa em 50% do quadro apenas, os trabalhos manuais foram acrescidos às tarefas do servidor, como expedição de notificações, planilhamento dos processos, lançamentos dos resultados, pois estão concentrados em apenas 1 servidor, o que antes contava com a colaboração dos estagiários.” (grifamos)*

Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional frisou a necessidade de manter a ênfase em providências e/ou estratégias que possam aprimorar a gestão do trabalho e das pessoas no período de isolamento.

Reconhece que o desempenho da Unidade poderia ser melhor com o quadro completo, assim, porque a demanda de mais um servidor é compatível com a PORTARIA GP Nº 077/2019 de 24 de outubro de 2019 que aprova a lotação quantitativa para a primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências, determina a expedição de ofício à Presidência, a fim de, no que couber, designar mais um servidor para o CEJUSC de Piracicaba.

## **6 – RECOMENDAÇÕES:**

**6.1** – apoiar e ampliar a adoção de medidas de incentivo à mediação no Fórum Trabalhista, com a participação dos servidores do CEJUSC em integração com os das Varas na realização de audiências.

**6.2** – não avocar processos com fins de tentativa de conciliação, para que a submissão de processos ao CEJUSC sempre ocorra mediante a vontade das partes e desde que não haja oposição das Varas do Trabalho, conforme previsto no artigo 6º da Resolução Nº 174/2016 e no artigo 5º da Resolução Administrativa Nº 4/2017.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



**6.3** - não havendo acordo na audiência de conciliação inicial, dar vista da defesa e documentos à parte reclamante, consignando em ata requerimentos gerais das partes e o breve relato do conflito, mantendo-se silente quanto à questão jurídica que envolve a disputa e remeter os autos à unidade jurisdicional de origem.

## **7 - ATENDIMENTOS:**

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional atendeu, por videoconferência no sistema *Meet*, a advogada, previamente inscrita, Ligia Fernandes Marques, OAB nº 306.854/SP, da Comissão de Direito do Trabalho de Piracicaba. Relata que a Vice-Presidente da OAB local Fernanda Dal Picolo apresentou os problemas na 1ª Vara do Trabalho, enquanto hoje tratará das demais queixas. Quais sejam:

- prazo dos andamentos processuais da 1ª Vara do Trabalho nas fases de conhecimento e execução; pauta de audiência; perícia ; laudos não entregue;
- comunicação com as secretarias está prejudicada pela pandemia. Hoje é realizado via e-mail. Aduz que ao despachar presencialmente com o juiz, a necessidade é suprida imediatamente, enquanto via correspondência eletrônica, a demora faz perder a sua finalidade. É o caso das petições de urgência. Assim, pleiteia a resposta de correspondências eletrônicas com maior agilidade, noticiando que a demora é recorrente nas 1ª e 3ª varas do trabalho;
- entrega de laudos periciais em prazos muito extensos, sem falar daqueles que nem sequer são entregues, com reiterada incidência na 1ª Vara do Trabalho. Ocorrência muito maior com relação a laudos médicos. Verificaram inúmeros encaminhamentos aos senhores peritos em endereço eletrônico incorreto;

Solicitam:

- a padronização dos prazos nos despachos para entrega de defesa, réplica;
- despachos iniciais designando audiência, principalmente na 3ª Vara do Trabalho, com informação do prazo para entrega de defesa, outrossim, se há que ser entregue ou não. Pleiteiam despachos com maior detalhamento;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



- se há estudo, se há perspectiva sobre o retorno das atividades presenciais;
- realização da triagem inicial para que conste desde já a nomeação e a data de perícia;
- citação com observância do prazo para defesa;
- expedição célere de guia para levantamento de valores.

Foi dito por Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional que boa parte do que foi apresentado, já foi levado a conhecimento do MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho que é quem responde às correspondências eletrônicas. E que problemas técnicos impediram o encontro com a MMA. Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho, sem prejuízo de que o conteúdo da presente reunião seja levado a seu conhecimento.

Sua Excelência acrescentou que o retorno ao trabalho presencial é de competência da Presidência do E. Tribunal a quem talvez devesse a OAB oficiar para tratar do tema.

No mais, agradece a manifestação da Comissão de Direito do Trabalho da OAB, porque seu relato dá a oportunidade para melhorias.

Por fim, por meio de correspondência eletrônica, a Comissão de Direito do Trabalho da OAB de Piracicaba, na pessoa da mesma advogada Ligia Fernandes Marques, OAB nº 306.854/SP, consolidou os aspectos mais demandados quanto ao Fórum Trabalhista de Piracicaba:

“a) Prazos:

Respeito aos prazos regimentais e processuais em atenção ao princípio da celeridade nos processos.

As queixas recorrentes são de processos sem andamento pela serventia por mais de 01 (um) ano;

Agendamento de audiências de instrução já transcorrido mais de 01 ano de início do processo;

Os casos mais recorrentes de muitos anos são da 1ª Vara do Trabalho.

b) Comunicação na pandemia:

Considerando que no período de pandemia, conforme orientação, a comunicação dos advogados com a serventia e juízes deverá ocorrer por envio de email as Varas, nos casos de maior urgência.

No entanto, há demora de semanas para retorno ou sequer há retorno.

Para despachar com o magistrado, em tempos normais, é no balcão e naquele momento, assim, não há como o advogado adequar a agenda do magistrado, pois trata-se de urgência.

Há casos em que o advogado precisa aguardar um retorno de 3 a 5 dias, ou mais,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



para um agendamento futuro.

Casos mais recorrentes são da 1ª e 3ª Vara do Trabalho.

c) Laudos/ peritos

Demora na entrega de laudo, principalmente relativo a perícia médica, em alguns casos por mais de 1 ano. Perícias realizadas sem entrega de laudo, sem resposta aos esclarecimentos do perito e sem posicionamento da Vara quanto a destituição do perito ou atualização dos contatos dos peritos.

Há casos que a secretaria sequer busca o contato correto do perito para intimá-lo do ato, por vezes, tentando no mesmo contato desatualizado, por isso, também, é um motivo de demora ou não entrega do laudo ou esclarecimentos periciais.

Os casos mais recorrentes de muitos anos são da 1ª Vara do Trabalho.

d) Padronização dos prazos nos despachos

Nos despachos iniciais de fixação de prazo para defesa e réplica, não há padronização, ora são 10 (dez) dias para uma parte e 5 (cinco) dias para outra, ensejando até uma disparidade de tratamento processual.

Deve-se atear [sic] aos prazos do CPC para defesa e réplica, no mínimo, ou, padronizar de forma equânime e razoável os prazos.

Casos mais recorrentes são da 3ª Vara do Trabalho

e) Despachos iniciais claros

Despachos iniciais com agendamento de audiência virtual, seja de conciliação ou inicial, precisa constar expressamente e objetivamente o prazo para defesa, apresentação da defesa e início de sua contagem ou a dispensa na apresentação da defesa, oportunidade em que haverá o prazo para sua apresentação.

Casos mais recorrentes são da 3ª Vara do Trabalho

f) Audiências Iniciais, cujos processos contenham pedido de perícia, já consignar a perícia agendada.

g) Expedição de Mandado Citatório com lapso temporal suficiente para a reclamada receber a intimação, apresentar defesa em tempo hábil e antes do agendamento da perícia. Devendo ser considerando a morosidade do correio.

h) Demora na expedição de guias para liberação de valores depositados

Casos de maior recorrência na 1ª Vara do Trabalho”

## **8 – OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**8.1 –** A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional conversou remota e reservadamente com as MMas. Magistradas.

**8.2 –** Foi informado pela Chefe de Divisão do CEJUSC que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



## **9 – OFÍCIOS**

Expeça-se ofício à Presidência, a fim de, no que couber, designar mais um servidor para o CEJUSC de Taubaté, na forma da PORTARIA GP Nº 77/2019 de 24 de outubro de 2019 que aprova a lotação quantitativa para a primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

## **10 - ENCERRAMENTO:**

No dia 27 de outubro de 2020, às 16 horas, encerraram-se os trabalhos e eu, Suely Suzuki, Coordenadora de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.